



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
CONSULTORIA JURÍDICA**

**Processo nº 8500746-31.2017.8.06.0000**

**Assunto:** Análise da Minuta do Contrato nº 682/2017, a ser celebrado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJ/CE) e a COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ – COELCE, com fundamento no art. 24, inciso XXII, da Lei Federal nº 8.666/93.

**PARECER**

Em evidência, o processo administrativo acima identificado, por meio do qual a Secretaria de Administração e Infraestrutura remete, para análise desta Consultoria Jurídica, minuta do Contrato nº 682/2017, a ser celebrado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJ/CE) e a COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ -COELCE, com fundamento no art. 24, inciso XXII, da Lei nº 8.666/93, para fornecimento de energia elétrica às unidades do Poder Judiciário (modalidade tarifária: optante B).

Instruem os autos os seguintes documentos:

- a) autorização do Secretário de Administração e Infraestrutura do TJ/CE para a instauração do processo de contratação direta e estimativa de custo (fls. 09);
- b) dotação orçamentária (fls. 12);
- c) Minuta do contrato (fls. 18/57);

É, no essencial, o relatório. Cumpre-nos opinar.

Preliminarmente, cumpre registrar que o âmbito de análise deste parecer se restringe, única e tão somente, aos aspectos legais da contratação direta ora pretendida, não se imiscuindo, pois, em aspectos técnicos, econômicos, de conveniência e oportunidade, que são próprios do Administrador Público no exercício de seu mister.

Firmada essa breve premissa, passamos, nos tópicos seguintes, ao exame do vertente processo de dispensa de licitação e da minuta do Contrato nº 682/2017, com o fito de verificar se os mesmos se encontram em consonância com os princípios e normas legais que lhes são pertinentes.

**A) DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO DIRETA, POR DISPENSA DE LICITAÇÃO, COM FUNDAMENTO NO ART. 24, INCISO XXII, DA LEI Nº 8.666/93, E DA REGULARIDADE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRAZIDO A EXAME.**

Como se sabe, a regra, no direito brasileiro, é a obrigatoriedade de prévia licitação para a contratação de bens e serviços pela Administração Pública, conforme se depreende a partir da leitura do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, *in verbis*:

*"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá sempre aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*

*(...)*

**XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratadas mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações".** (Grifo nosso).

Nota-se, porém, que a própria Constituição Federal atribuiu competência ao legislador ordinário para definir hipóteses excepcionais em que é possível a contratação direta pela Administração Pública, sem a necessidade de prévia licitação.

Nesse sentido, regulamentando a ressalva contida na primeira parte do supracitado inciso XXI do art. 37 da CF/88, a Lei nº 8.666/93 estabelece, expressamente, em seus arts. 24 e 25, os casos em que a licitação é dispensável, embora possível, ou

inexigível, por inviabilidade prática de competição no mercado.

Pois bem. No presente caso, como visto, sustenta-se o cabimento da contratação direta da COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ -COELCE, por dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, inciso XXII, da Lei nº 8.666/93, *in verbis*:

*Art. 25. É dispensável a licitação:*

*[...]*

**XXII – Na contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural com concessionário, permissionário ou autorizado, segundo as normas da legislação específica.**

A partir da leitura de referido dispositivo legal, depreende-se, sem maior esforço, que o caso em tela se amolda à hipótese de dispensa de licitação nele descrita.

Impende ressaltar, no ponto, que a contratação direta ora pretendida não se reveste de qualquer ineditismo, tratando-se, na verdade, de prática reiterada não apenas por este Tribunal, como também por diversos órgãos e entidades públicas no Estado do Ceará, como se pode vê nos extratos de publicação abaixo transcritos:

**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

**Nº DO DOCUMENTO 05/2011**

**PROCESSO Nº 11221674-9/2011 FUNECE. OBJETO:** Contratação de empresa para os serviços de fornecimento de energia elétrica para atender as necessidades desta IES (Quixadá). **JUSTIFICATIVA:** Considerando como justificativa a solicitação contida no Ofício nº 072/2011 (fls. 02), exarada pela Prefeitura da FUNECE através do Sr. João Horacio Felipe Júnior (PREFEITO DA FUNECE), onde é requerido ao Departamento de Administração – DA a contratação de empresa para o serviço de fornecimento de energia elétrica para atender as necessidades desta IES (Quixadá). Considerando a Lei nº 9.477, de 05/07/1971, que autoriza o Governo do Estado do Ceará a Organizar a Companhia de Eletricidade do Ceará – COELCE e dá outras providências (fls. 41 -verso), que atribui à mesma a prestação dos serviços públicos de energia elétrica; Considerando o Decreto nº 27.418, de 07/04/2004 (fls. 42 -verso/43), que define a necessidade de realizar contratação dos serviços de energia elétrica Estadual; Considerando o Contrato de Concessão para exploração de serviços públicos de energia elétrica, entre o município de Fortaleza e a COELCE (fls. 29/37); Considerando a Declaração da Companhia de ser a única concessionária que presta serviços de fornecimento de energia

elétrica no município de Fortaleza (fls. 37 -verso); Considerando o ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ – COELCE denominada, organização, sede, duração e objeto. Observando a documentação anexa, verifica-se que a Pessoa Jurídica, a COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ – COELCE é de fato detentora exclusiva da prestação do serviço solicitado, de importância ímport para a utilização, acompanhamento e execução pela FUNECE, permitindo agilidade e confiabilidade nos serviços a que se destina. VALOR GLOBAL: R\$54.210,00 (cinquenta e quatro mil duzentos e dez reais), • Valor estimado mensal R\$4.517,50 (quatro mil quinhentos e dezessete reais e cinquenta centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 31200001.12.364.400. 20302.22.33903900.00.0.00 PF: 3118012008 alocados na IG: 642196000. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Inciso XXII do art. 24 da Lei das Licitações Consolidada (Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações). CONTRATADA: COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ – COELCE. DISPENSA: Reconheço a Dispensa de Licitação para Contratação de empresa para os serviços de fornecimento de energia elétrica para atender as necessidades desta IES (Quixadá). Prof. Francisco de Assis Moura Araripe - Presidente da FUNECE. RATIFICAÇÃO: Ratifico a decisão do Presidente da FUNECE para Contratação de empresa para os serviços de fornecimento de energia elétrica para atender as necessidades desta IES (Quixadá), com fundamento no Inciso XXII do art. 24 da Lei das Licitações Consolidada (Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações). René Teixeira Barreira – SECITECE. Roberta Nunes. PROCURADORIA JURÍDICA.

#### EXTRATO DE CONTRATO

Nº DO DOCUMENTO 536/2016

CONTRATANTE: Departamento Estadual de Trânsito-DETRAN/CE  
CONTRATADA: COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ -COELCE.  
OBJETO: Este Instrumento e seu Anexo I ("DAS CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA") contém as principais condições da prestação e utilização do serviço público de energia elétrica entre a CONCESSIONÁRIA e o CONSUMIDOR, de acordo com as Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica, sem prejuízo dos demais regulamentos expedidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Fica dispensada a licitação para a celebração do presente CONTRATO, nos termos do Artigo 24, inciso XXII, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, conforme processo de dispensa de licitação nº 5570725/2016, cujo ato que autorizou a sua lavratura está às fls. e é

*datado de, vinculando o CONTRATO ao referido processo de dispensa de licitação FORO: Fortaleza. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, com início em 01 de dezembro de 2016. VALOR GLOBAL: R\$1.335.326,15 (UM MILHÃO, TREZENTOS E TRINTA E CINCO MIL, TREZENTOS E VINTE E SEIS REAIS E QUINZE CENTAVOS pagos em despesa de execução do CONTRATO correrá à conta do Orçamento Geral do Estado, consignados para o exercício de 2016, sob a Dotação Orçamentária DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 43200006.26.122.500.2226.15.339039.27000.1. DATA DA ASSINATURA: Fortaleza, 01 de dezembro de 2016. SIGNATÁRIOS: IGOR VASCONCELOS PONTE-SUPERINTENDENTE DETRAN/CE. e Delfina Maria de Borba Pontes-Resp. pela Área de Clientes; Mônica Jucá de Oliveira-Executiva de Clientes Institucionais. Daniel Sousa Paiva. PROCURADOR JURÍDICO.*

Por outro lado, quanto ao processo administrativo trazido a exame, encontra-se este devidamente autuado, protocolado e numerado, nos termos do art. 38, *caput*, da Lei nº 8.666/93, e nele consta, com vimos, manifestação da área técnica sobre a necessidade da contratação, escolha da fornecedora e estimativa de custo.

Ademais, no tocante à existência de recursos orçamentários para o custeio do contrato, esta restou expressamente confirmada pela Secretaria de Finanças.

Destarte, esclarecido que a contratação direta, *in casu*, por dispensa de licitação, encontra-se legalmente respaldada, e verificando-se, igualmente, a regularidade formal do processo administrativo *sub examine*, o qual atende, no que é cabível, às disposições dos arts. 26 e 38 da Lei nº 8.666/93, resta-nos, pois, apenas a análise prévia da minuta do contrato em anexo. É o que faremos adiante.

#### **B) DA ANÁLISE PRÉVIA DA MINUTA DO CONTRATO Nº 682/2017.**

No presente caso, o TJ/CE figura como usuário de serviço público e, como tal, submete-se às condições contratualmente impostas pela COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE (concessionária), não podendo se valer de determinadas prerrogativas previstas na Lei nº 8.666/93 (art. 62, §3º, inciso II).

*Art. 62 [...]*

*§3º. Aplica-se o disposto no art. 55 e 58 a 61 desta Lei e demais*

*normas gerais, no que couber:*

*I – aos contratos de seguro, de financiamento, de locação em que o Poder Público seja locatário, e aos demais cujo conteúdo seja regido, predominantemente, por norma de direito privado;*

*II – aos contratos em que a Administração for parte como usuária de serviço público. (Grifo nosso).*

À luz de tais considerações, temos, portanto, que aludida minuta atende às exigências legais, e lembramos que, após a assinatura do contrato, faz-se necessária a sua publicação, na forma do art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

### CONCLUSÃO


Ante todo o exposto, e ressaltando-se, mais uma vez, que os aspectos de conveniência e oportunidade não estão sob o crivo desta Consultoria Jurídica, estamos de acordo com a contratação direta, por dispensa de licitação, da COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ-COELCE, com fundamento no art. 24, inciso XXII, da Lei Federal nº 8.666/93, nos termos da minuta do Contrato nº 682/2017, desde que atendidas as recomendações constantes deste parecer.

É o parecer. À superior consideração.

Fortaleza, 12 de Junho de 2017

  
Alexandre Diogo de Saboya Cruz  
Assessor Jurídico

De acordo. À douta Presidência.

  
Francisco Rolim de Moraes Junior  
Consultor Jurídico



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

**Processo nº 8500746-31.2017.8.06.0000**

**Assunto:** Análise da Minuta do Contrato nº 682/2017, a ser celebrado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJ/CE) e a COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ – COELCE, com fundamento no art. 24, inciso XXII, da Lei Federal nº 8.666/93.

R.h.

Aprovo o parecer de fls. retro, por seus próprios fundamentos, que desta decisão passa a ser integrante, ao tempo em que autorizo a contratação direta, por dispensa de licitação, da COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ -COELCE, com fundamento no art. 24, inciso XXII, da Lei nº 8.666/93, para fornecimento de energia elétrica às unidades do Poder Judiciário (modalidade tarifária: optante B).

Encaminhem-se os presentes autos à Coordenadoria Central de Contratos e Convênios do TJ/CE para colher as assinaturas devidas.

Exp. nec.

Fortaleza-CE, 12 de Junho de 2017

**Desembargador FRANCISCO GLADYSON PONTES  
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará**